

## Conferência internacional avalia projetos de renda mínima

O Senado realiza, nos próximos dias 11 e 12, a conferência internacional "Renda Mínima - Discussões e Experiências". O evento reunirá especialistas, inclusive de outros países, para avaliar os resultados de vários projetos sobre o tema, que estão sendo implementados em municípios brasileiros.

PÁGINA 4

## Mais cinco estados pedem refinanciamento das dívidas

O Banco Central encaminhou ao Senado novos pedidos de cinco estados para realizarem operações de crédito, com a própria União ou instituições financeiras federais, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. As operações financeiras somam R\$ 750 milhões e beneficiam os estados do Pará, Sergipe, Rio Grande do Norte, Acre e Paraíba. As solicitações serão agora examinadas pela Comissão de Assuntos Econômicos.

## Rocha quer audiência pública sobre o fim dos manicômios

O relator na Comissão de Assuntos Sociais do projeto oriundo da Câmara que extingue os manicômios, senador Sebastião Rocha, informou que, antes de apresentar parecer, promoverá audiência pública com o ministro da Saúde, José Serra, e outros interessados. Ele explicou que, assim como precisou ouvir o ministro na relatoria do projeto dos planos de saúde, deve fazer o mesmo com o projeto do deputado Paulo Delgado.

PÁGINA 3

# Senadores apontam rumos para a reforma política

Propostas como o voto facultativo, o sistema distrital misto e a regulamentação da fidelidade partidária estão tramitando no Senado e devem ser examinadas pela Comissão de Justiça



Geraldo Melo (D), ao lado de Ronaldo Cunha Lima, comunicou a sanção, pelo presidente da República, de projetos de autoria dos senadores Júnia Marise e Epitácio Cafeteira (fotos abaixo)

## Projetos do Senado transformam-se em leis

O senador Geraldo Melo anunciou, ao presidir ontem a sessão de reabertura dos trabalhos legislativos, a sanção presidencial de dois projetos de autoria de senadores. O primeiro deles, de Júnia Marise (PDT-MG), inclui na área da Sudene o Vale do

Jequitinhonha (MG) e municípios do norte do Espírito Santo. O outro, de Epitácio Cafeteira (PPB-MA), determina que o partido político, em nível nacional, não sofrerá punição como consequência de atos praticados por órgãos regionais ou municipais.



A necessidade de uma profunda reforma política, eleitoral e partidária é reconhecida por grande parte dos senadores, como indica o expressivo volume de propostas apresentadas com o objetivo de alterar normas sobre a organização dos partidos, as eleições e o exercício dos mandatos eletivos. Uma comissão especial estuda o assunto, tendo como relator o senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

Os projetos em tramitação no Senado apontam soluções variadas, que vão da criação do sistema de voto distrital misto à adoção do voto facultativo, passando pela regulamentação da fidelidade partidária. Todos aguardam análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e poderão ser agrupados no relatório de Sérgio Machado, que está convencido da necessidade de mudança política, eleitoral e partidária: "O país precisa dessa reforma", afirma o senador.

PÁGINA 2

# Saúde, ecologia e emprego movimentam CAS



Uma intensa discussão sobre o projeto que estabeleceu novas normas para os planos de saúde e questões relacionadas com o meio ambiente e o emprego destacaram-se nas reuniões da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no primeiro semestre. Nesse período, sete projetos de lei foram aprovados em caráter terminativo.

PÁGINA 4

## PROGRAMAÇÃO

TV SENADO  
HOJE

7h - Entrevista com o presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, sobre os projetos da empresa para valorização do turismo interno no país  
7h30 - Programa produzido pela Universidade Paulista (Unip), em que o médico Drauzio Varella entrevista o dr. Rubens Reimão sobre insônia  
8h30 - "Mulheres em Debate" - com a participação das jornalistas Arcelina Helena Dias e Eliane Cantanhede sobre a presença forte das mulheres nos cargos de comando dos veículos de comunicação  
9h30 - Entrevista com o presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, sobre os projetos da empresa para valorização do turismo interno no país  
10h - "Espaço Cultural" com o senador Abdias Nascimento, sobre os seus trabalhos literários e artísticos  
11h30 - Programa produzido pela Universidade Paulista (Unip), em que o médico Drauzio Varella entrevista o dr. Rubens Reimão sobre insônia  
12h30 - Entrevista com o presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, sobre os projetos da empresa para valorização do turismo interno no país  
13h15 - "Mulheres em Debate" - com a participação das jornalistas Arcelina Helena Dias e Eliane Cantanhede sobre a presença forte das mulheres nos cargos de comando dos veículos de comunicação  
14h30 - Sessão plenária não deliberativa (viva)  
18h45 - Entrevista com o presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, sobre os projetos da empresa para valorização do turismo interno no país

19h30 - "Mulheres em Debate" - com a participação das jornalistas Arcelina Helena Dias e Eliane Cantanhede sobre a presença forte das mulheres nos cargos de comando dos veículos de comunicação  
20h30 - Espaço Cultural Guarneri de Cinema  
21h - Programa produzido pela Universidade Paulista (Unip), em que o médico Drauzio Varella entrevista o dr. Sérgio Simon, sobre os tratamentos do câncer  
22h - Sessão plenária (reapresentação)  
0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"  
1h - "Agenda Econômica" com o ministro da Previdência, senador Waldeck Ornelas  
2h - Programa produzido pela Universidade Paulista (Unip), em que o médico Drauzio Varella entrevista o dr. Sérgio Simon, sobre os tratamentos do câncer  
3h - Espaço Cultural Guarneri de Cinema  
4h - Entrevista com a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) sobre a violência contra a mulher  
5h - "Agenda Econômica" com o ministro da Previdência, senador Waldeck Ornelas  
6h - "Projeto Memória", com o ex-senador José Richa  
Obs.: Durante o programa serão transmitidos flashes de reportagens, instituições, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO  
HOJE

7h30 - Jornal do Senado (1ª edição)  
13h30 - Jornal do Senado (2ª edição)  
14h15 - "Plenário em Revista"  
14h30 - Sessão plenária  
19h - "A Voz do Brasil"  
22h30 - Jornal do Senado (3ª edição)  
Em seguida - Música e informação

## COMO SINTONIZAR

## RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telado) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LDN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465.600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC.1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

# Machado vê necessidade de reforma política

Relator de comissão especial criada para analisar o tema, senador defende voto facultativo, sistema distrital e fidelidade partidária

O país precisa de uma profunda reforma política, eleitoral e partidária. A declaração do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), relator da comissão especial que estuda o assunto, é compartilhada por grande parte dos senadores. Prova disso é o volume de propostas que tramitam no Senado com o objetivo de alterar dispositivos constitucionais, ou mesmo a legislação ordinária, no que se refere à organização dos partidos, às eleições e ao exercício dos mandatos eletivos. As propostas abordam temas que vão da criação do sistema de voto distrital misto à adoção do voto facultativo, passando pela regulamentação da fidelidade partidária. Todas aguardam análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e poderão ser agrupadas no relatório de Sérgio Machado.

Tramitam no Senado atualmente duas propostas de emenda constitucional que tomam o voto facultativo. Além disso, a Comissão Especial da Reforma Política concor-

dou com a instituição do voto facultativo, acolhendo a proposta do relator Sérgio Machado. O texto aprovado na comissão mantém a obrigatoriedade do alistamento eleitoral. O relator justificou a adoção do voto facultativo, afirmando que "a obrigatoriedade do voto não serviu para promover a educação nem para ampliar a democracia no país". Autor de proposta semelhante, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) entende que o voto deve ser tratado como direito e não dever. "Não pode ser obrigatório; está subordinado ao grau de consciência cívica, política e social alcançado pelo indivíduo", afirmou o senador por Tocantins. Já o senador licenciado José Serra (PSDB-SP) entende que a não obrigatoriedade valoriza e torna mais responsável o ato de votar.



Machado avalia que voto obrigatório não promoviu educação política nem ampliou democracia

FIDELIDADE  
PARTIDÁRIA

A CCJ vai analisar ainda matéria aprovada pela Comissão Especial da Reforma Política que prevê a perda de mandato para o parlamentar que trocar de partido. De acordo com a proposta do relator da comissão, Sérgio Machado, a perda se dará automaticamente, salvo no caso de fúscão ou incorporação de partido, ou se o parlamentar ingressar em nova legenda como fundador.

Poderá haver perda de mandato quando o parlamentar ou chefe do Poder Executivo cometa violação grave de disciplina partidária, assegurada ampla defesa. O pedido de decretação da perda do mandato será processado e julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos tribunais regionais, quando se tratar de cargos eletivos estaduais ou municipais.

## VOTO DISTRITAL MISTO



A pauta da CCJ prevê a votação de proposta de emenda constitucional que institui o voto distrital misto, determinando que as cadeiras na Câmara dos Deputados sejam ocupadas, em parte, por representantes eleitos em distritos a serem definidos pela Justiça Eleitoral. A proposta, de autoria de José Serra, não previa o quantitativo de vagas a serem preenchidas pelo novo sistema, mas recebeu substitutivo do relator José Fogaça (PMDB-RS), fixando em 75% o número de cadeiras ocupadas pelo voto distrital.

O restante permaneceria sendo escolhido pelo sistema proporcional, a partir de lista apresentada pelos partidos.

— A restrição do espaço de atuação imposta pela menor circunscrição eleitoral dificulta a prática de corrupção; o poder econômico terá sua influência dificultada pela maior fiscalização dos eleitores; facilita o surgimento de lideranças autênticas, já que o sistema, profundamente democrático, faz valer a vontade do eleitor dos distritos mais afastados — afirma Fogaça em seu relatório, enumerando as vantagens do sistema distrital misto.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 1998

## PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marisa  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes do Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto  
Diretor-Geral do Senado: Agaciê da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreira Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade  
Editor-Chefe: Djailba Lima  
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Voz, Sylvia Guedes,  
João Carlos Ferreira da Silva e Sylvia Costa  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra do Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueias Dantas de Morais  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo  
Arte: Antonio Nogueira

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela Secretaria Especial  
de Educação e Publicações

# Senado vai deliberar sobre fim de manicômios

Senador Sebastião Rocha, relator do projeto, quer ouvir o ministro da Saúde, profissionais da área, diretores de hospitais psiquiátricos e familiares de doentes mentais antes de apresentar o seu parecer

Relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do projeto — originário da Câmara — que extingue os manicômios em todo o Brasil, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) informou que, antes de apresentar seu parecer, promoverá uma audiência pública com o ministro da Saúde, José Serra, e com outros interessados no assunto. Ele pretende apresentar seu parecer depois das eleições.

O senador explicou que, assim como precisou recentemente ouvir o ministro da Saúde na relatoria do projeto que regulamentava os planos de saúde, precisa fazer o mesmo agora com o projeto do deputado Paulo Delgado (PT-MG) que põe fim aos manicômios.

Além de Serra, o relator deseja promover audiências públicas com donos de manicômios,

familiares de doentes mentais, profissionais do setor e com representantes do Movimento Antimanicomial.

Sebastião Rocha reconheceu que o projeto é polêmico. "Há um conflito muito grande entre os que contestam e os que defendem a proposta de Paulo Delgado", afirma o senador. Aprovado na Câmara, o projeto se encontra no Senado Federal desde 1991.

Há dois anos, a matéria chegou ao plenário do Senado, com um substitutivo do senador Lucídio Portela (PPB-PI), que não extinguiu os manicômios, mas os submetia a exigências mais humanas no tratamento dos pacientes.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu na época a ideia de que apenas os hospitais que saíssem do sistema



Rocha considera "polêmico" projeto que acaba com manicômios. Para Alcântara, extinção deve ser gradual

manicomial e que adotassem políticas mais humanas de tratamento psiquiátrico pudessem continuar a receber verbas do

Ministério da Saúde.

Ideologicamente alinhado com Paulo Delgado na defesa de formas de tratamento psiquiátri-

co mais humanas, Alcântara defende, contudo, uma alternativa que torne possível a extinção gradual dos manicômios.

## CAE deve votar projeto que dificulta contrabando de cigarros e de cerveja

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá votar brevemente projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que obriga os fabricantes de cigarros e de cerveja a afixarem na embalagem desses produtos uma tarja vermelha com letras brancas contendo os dizeres: "Produto para exportação — venda proibida no Brasil".

A medida tem o objetivo de coibir o contrabando de cigarros brasileiros destinados à exportação. Conforme o senador, parte da produção nacional é revendida clandestinamente no país a preços mais baixos, depois de exportada para o Paraguai e outros países do Cone Sul com isenção de impostos, causando grandes prejuízos à Fazenda Nacional. A proposta, que tramita em caráter terminativo, já recebeu parecer favorável do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Ao justificar sua proposição, Roberto Requião disse que "a palavra vergonha não é mais suficiente" para definir a situação da venda ilegal de cigarros em nossas cidades. "São destinados à exportação e reintroduzidos no país, ou, pior, daqui sequer chegam a sair e são vendidos aos milhares em pacotes à vista de todos e embaixo do nariz das autoridades", enfatiza.



Requião quer diferenciar embalagem de cigarros e cerveja destinados à exportação

## Piva quer destinar dinheiro de álcool e tabaco para a saúde

Uma das matérias que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado deverá apreciar no segundo semestre deste ano é o projeto de lei de autoria do senador Pedro Piva (PSDB-SP) que eleva de 2% para 20% a alíquota de Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidente sobre o faturamento correspondente à receita bruta das vendas de cigarros e bebidas alcoólicas. Pelo projeto, a renda resultante da elevação da alíquota será destinada exclusivamente às despesas com atividades-fins da área de saúde.

A proposta foi apresentada por Piva em 1995, quando ele assumiu pela primeira vez o cargo de senador na vaga de José Serra, que ocupou o Ministério do Planejamento. Escolhido para relator o projeto, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) já elaborou seu parecer, que concluiu pela rejeição da matéria.



Pedro Piva (à esquerda) sugere maior taxa para beneficiar saúde, proposta que, segundo Amin, privilegiará similares estrangeiros

Uma das justificativas apresentadas por Amin para apresentar parecer pela rejeição do projeto é que o aumento da alíquota da Cofins proposto favoreceria os cigarros e bebidas alcoólicas importados, que não são sujeitos a esse tipo de contribuição quando ingressam no Brasil.

— Convenhamos que seria absurda a situação em que se tributasse um produto nacional com maior gravosidade que o seu similar importado — argumenta Amin.

## Tratamento de câncer é tema de programa hoje na TV Senado

Câncer é o tema do programa inédito que a TV Senado transmite hoje às 21h. O entrevistado é um dos mais renomados cancerologistas do país, o dr. Sérgio Simon, da equipe do Hospital Albert Einstein, de São Paulo. A incidência da doença no mundo e os tratamentos que vêm sendo empregados estão entre os assuntos abordados pelo médico.

# Conferência internacional debate a renda mínima

Encontro organizado pela Comissão de Assuntos Sociais avalia as diversas experiências desenvolvidas em todo o Brasil

Parlamentares, pesquisadores, economistas brasileiros e estrangeiros e dois ministros de Estado — Pedro Malan, da Fazenda, e Edward Amadeo, do Trabalho — participam, nos próximos dias 11 e 12, da Conferência Internacional "Renda Mínima — Discussões e Experiências", organizada pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e pelo Grupo Interparlamentar Americano sobre População e Desenvolvimento (GPI).

A conferência será aberta pelo presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e pelos governadores do Distrito Federal, Cristovam Buarque, e do Amazonas, Amazonino Mendes, entre outras autoridades, e encerrada pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), pelo ministro Malan e pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O objetivo da conferência é a discussão das experiências com programas de renda mínima, renda de cidadania, imposto de renda negativo e bolsa-escola nas Américas, com uma avaliação sobre a contribuição de tais experiências para a erradicação da pobreza, a obtenção da meta do pleno emprego e a melhoria da distribuição de renda.

Entre os participantes da conferência, estão parlamentares da Espanha, de Portugal, da África do



Suplicy, autor de um dos projetos sobre renda mínima, encerra o encontro no próximo dia 12

Sul, do Peru, da Colômbia e da Argentina; o presidente da Rede Européia da Renda Básica, professor Guy Standing; e o presidente do Centro de Estudos Orçamentários e de Políticas Públicas, Robert Greenstein.

## TEMAS

Três sessões plenárias serão realizadas no dia 12:

"Renda Mínima e Combate ao Desemprego", coordenada pelo professor Antônio Maria da Silveira, da FGV, e tendo como expositores representantes da Unicamp e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), do ministro do Trabalho e do professor Guy Standing;

"Renda Mínima, Trabalho

Infantil e Mulher", coordenada pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS) e com a participação de professores da PUC/RJ e da Universidade Federal do Maranhão; e

"Renda Mínima e Erradicação da Pobreza", que tem por coordenador Robert Greenstein e, como expositores, professores da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Ciep (Argentina).

A coordenação da conferência está a cargo do gabinete do senador Suplicy. Apóiam o evento, que será realizado no Auditório Petrólio Portella e na sala

## Municípios expõem suas experiências

Um dos melhores momentos da conferência será a apresentação das experiências de programas de renda mínima de maior abrangência no Brasil. Estarão representadas Paracatu e Belo Horizonte (MG); Mundo Novo (MS); Belém (PA); Presidente Prudente, Osasco, Ribeirão Preto, Piracicaba, Ourinhos e Santo André, em São Paulo; Brasília e o estado do Amapá.

2 da Ala Senador Nilo Coelho, o Fundo de População da Nações Unidas (FNUAP), a Rede Européia da Renda Básica (Bien) e o Ipea.

## BALANÇO COMISSÕES



Projetos sobre saúde, meio ambiente e emprego dominaram os trabalhos da CAS no primeiro semestre deste ano.

## Projeto dos planos de saúde mobilizou CAS

Com 29 membros titulares e sob a presidência do senador Ademir Andrade (PSB-PA), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado marcou sua atuação, no primeiro semestre de 98, por uma intensa discussão em torno da nova regulamentação dos planos de saúde no país.

Aprovada a matéria, após diversas audiências públicas, a comissão ainda se dedicou, ao longo das 11 reuniões realizadas e de quatro audiências públicas, a tratar de temas como meio ambiente e propostas de mudanças na legislação trabalhista.

Saúde, meio ambiente e emprego foram as questões que movimentaram a CAS no primeiro semestre e também deverão mobilizar seus membros até o final de 98.

Sete projetos de lei do Senado, em caráter terminativo, foram apreciados e aprovados pela CAS ao longo do primeiro semestre. As propostas com essa característica terminativa aprovadas pela comissão competente, que não recebam recurso para

apreciação pelo plenário da Casa, são imediatamente remetidas para a Câmara dos Deputados. Os projetos de lei não terminativos votados pela CAS foram 12 no total, sendo oito oriundos da Câmara dos Deputados e quatro do Senado. Deste conjunto, sete projetos da Câmara foram aprovados, juntamente com duas propostas de iniciativa de senadores.

No primeiro semestre de 98, a principal proposta de interesse ecológico e econômico debatida e aprovada pelos integrantes da CAS foi o projeto de lei, oriundo da Câmara dos Deputados, determinando a substituição integral da frota oficial, em prazo de cinco anos, por veículos movidos a combustíveis renováveis, como o álcool.

O relator da matéria, senador Joel de Hollanda (PFL-PE), destacou no parecer aprovado pela comissão a importância da iniciativa para a geração de empregos na indústria do álcool e a redução da poluição nos grandes centros urbanos.

## Emprego merece atenção

A questão do emprego foi outro tema tratado pela CAS no primeiro semestre, debatendo propostas sobre o serviço voluntário e a proteção do trabalho da mulher, além de proposta do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego.

A comissão antecipou, ainda,

a polêmica que atualmente percorre o país em torno das falsificações de medicamentos, aprovando o projeto de lei apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT). Ele propõe aprimoramentos na Lei 6.360, que trata sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos.

## Amadeo prevê maior oferta de trabalho

O ministro do Trabalho, Edward Amadeo, defendeu, durante entrevista que a TV Senado exibirá amanhã, às 8h e 13h30, a tese de que a modernização do sistema produtivo não significa, necessariamente, mais desemprego.

Na tese de Amadeo, a chegada das máquinas ao mercado de trabalho terá impacto positivo a longo prazo. "Em um primeiro momento, a automatiza-

ção desemprega, mas num prazo mais longo a renda gerada por uma maior eficiência acaba criando condições para que se tenha mais empregos na área de serviços", raciona.

Para o ministro, a taxa de desemprego vivida hoje pelo Brasil, de 8,2%, deve-se, em grande parte, à crise asiática, que obrigou o governo a adotar uma série de medidas econômicas restritivas, incluindo-se

aí a elevação das taxas de juros. Esse gesto necessário do governo, para garantir a estabilidade da moeda — explicou —, acabou sinalizando, para toda a classe empresarial, que o momento era de desaquecer a produção, o que foi feito.

Segundo o ministro do Trabalho, há uma clara tendência de que o Brasil retorne aos níveis de desemprego verificados antes da crise, entre 4,5 e 5%.